

ESCOLA NORMAL DE MACEIÓ: entre legislação, a formação de professores para o ensino primário, o programa da escola e as provas de matemática

Edlene Cavalcanti Santos¹

Mercedes Carvalho²

Siloane Pimentel³

RESUMO

O presente artigo consiste em apresentar um recorte da tese de doutorado, em andamento, do Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática (GPHEM) - PPGE – UFAL, e busca tratar sobre a fundação do Curso Normal de Alagoas, a legislação, o compêndio que deu sustentação para o curso e a análise de duas provas encontradas no Arquivo Público de Maceió. Para tanto, nos apoiamos em pesquisas sobre a história da educação alagoana, na legislação e nas políticas educacionais. A investigação é uma pesquisa bibliográfica e destaca os principais momentos da formação de professores, a partir do advento da Escola Normal no país em 1835 especialmente em Alagoas 1864, ano em que se consolida pela resolução n.424 de 18 de junho de 1864, assim como, quais eram os pressupostos políticos, e curricular que estavam postos na legislação que permitiu a sua criação. Quanto as fontes consultadas para o desenvolvimento da pesquisa há um esforço enorme do Grupo para coletar material nos Arquivos Públicos, Biblioteca Pública, uma vez que são poucos os materiais que se conservam para o desenvolvimento das pesquisas em Alagoas.

Palavras-chave: Escola Normal. Formação Docente. Programa de Ensino. Provas

INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos compreender como ocorreu o processo de constituição da Escola Normal de Maceió, importante instituição de ensino na história da educação do estado de Alagoas, a legislação, o compêndio que deu sustentação para o curso e a análise de duas provas encontradas no Arquivo Público de Maceió.

¹ **Doutoranda** pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus A. C. Simões

E-mail: edleneufal@gmail.com

² **Doutora** em Educação Matemática pela PUC-SP. Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus A. C. Simões

E-mail: mbettacs@uol.com.br

³ **Graduanda** em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus A.C. Simões

E-mail: siloane21.mp@hotmail.com

Este estudo está vinculado à pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática (GPHEM - UFAL) que investiga, “*os saberes elementares matemáticos nos primeiros anos escolares e na formação de professores para esse nível de ensino*”, filiado ao Grupo de Pesquisa (GHEMAT⁴). Assim, inventariamos alguns dos estudos sobre a Escola Normal, a partir das pesquisas sobre a história da educação alagoana, na legislação e nas políticas educacionais, assim como nos trabalhos apresentados em eventos que discutem a História da Educação Matemática no Brasil. Entre as ações do GHEMAT, que conta com pesquisadores em todo o Brasil, está a realização de encontros/eventos que promovem a divulgação das pesquisas na área. Até o presente momento, os documentos oficiais, revistas, compêndios e programas de ensino encontrados no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina e os documentos disponíveis nos Arquivos Públicos do Estado e na Biblioteca Pública de Alagoas, são nossas fontes de dados, para buscamos a reconstituição da história dessa escola que fortaleceu a estrutura e expansão do Ensino Normal em Maceió/AL entre 1864 – 1930.

A referida escola, primeiro estabelecimento oficial de Ensino Normal nas Alagoas, foi criada pela resolução n.424 de 18 de junho de 1864, sancionada pelo Vice-Presidente da Província das Alagoas Roberto Calheiros de Mello. Para Vilela (1982), o processo de formação cultural em alagoas foi semelhante ao das demais regiões do Império. Em Alagoas, nada havia sobre Instrução Pública que não fosse a lei de 15 de outubro de 1827, que no seu art.10º, § 2º, determina “competir às assembleias legislativas provinciais legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promove-la, exceto o ensino superior”, as províncias se apressaram no fabrico de leis. Entretanto, as leis e regulamentos provinciais relativos à instrução pública, ainda que copiados uns dos outros, variavam de província para província, muitas vezes dentro da mesma província, de uma a outra legislatura, de um para outro ano, MOACYR, (1939).

E, na profusão de leis, apareciam aqui e ali reformas de ensino, regulamentos, e, com eles, novas escolas, escolas normais, entre outras coisas, assim Alagoas passava a exemplo de outras províncias a legislar desordenadamente também sobre instrução pública, na realidade o processo de formação cultural era liberado de quaisquer formalidades. Sobre

⁴ GHEMAT – Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática – Disponível em: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/páginas/about_ghemat.htm>.

os primeiros currículos das Escolas Normais das nossas províncias, Moacyr (1937), acrescenta que pouco diferenciavam um dos outros, e por sua vez eram inspirados nos modelos estrangeiros, mormente no francês.

No que se refere ao Regulamento da Escola Normal de Alagoas (26 de junho de 1869), em seu Art. 4º, - O curso normal será completo em dois anos, sendo as matérias de ensino distribuídas na razão de duas cadeiras para cada ano, conforme quadro 2 apresentado no decorrer deste trabalho.

Certamente, os conteúdos matemáticos que vamos observar na elaboração das provas analisadas nesta pesquisa em consonância com os Programas ministrados pelos professores sofreram modificações ao longo do tempo e por isso convém nos debruçarmos na legislação de ensino, com a intenção de compreender o ensino da Matemática nesta escola, especialmente no que se refere a formação de professores para o ensino primário.

A ESCOLA NORMAL – PRIMEIRAS INICIATIVAS NO BRASIL E EM ALAGOAS

Segundo Tanuri (2000, p. 62), o estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população. É verdade que os movimentos da Reforma e Contra Reforma, ao darem os primeiros passos para a posterior publicização da educação, também contemplaram iniciativas pertinentes à formação de professores. Mas somente com a Revolução Francesa concretiza-se a ideia de uma Escola Normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos, ideia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX quando, paralelamente com à consolidação dos Estados e à implantação dos Sistemas Públicos de Ensino, multiplicaram-se as Escolas Normais.

Para Tanuri (2000), as Escolas Normais começaram a aparecer no cenário sócio-cultural brasileiro a partir da terceira década do século XIX, porém nem sempre funcionavam no ano de sua criação por questões burocráticas, de pessoa habilitada para dirigi-la, ou de condições para sua instalação. Assim, 1835 em Niterói, 1836 na Bahia, 1845 no Ceará, 1846 em São Paulo, e 1864 em Alagoas, conforme quadro abaixo.

Quadro 1- Comparação entre o ano de criação e funcionamento das Escolas Normais

CIDADES/UF	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE FUNCIONAMENTO
Niterói – RJ	1835	1835
Salvador – BA	1836	1842
Maceió – AL	1864	1869
Fortaleza – CE	1880	1884
São Paulo – SP	1846	1846

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras a partir das informações contidas na obra de Tanuri (2000).

Até então um dos problemas na área da educação que demonstrava grande dificuldade era a falta de professores com formação adequada para o exercício do magistério, os baixos salários, e não existiam projetos consistentes visando a ampliação da escolaridade elementar e, conseqüentemente, não havia uma proposta de qualificação do professor.

Para Rocha (2008, pág. 47), a história da Escola Normal está associada à implementação da instrução primária, pois objetivava a preparação de mestres para as escolas de primeiras letras. Estas escolas foram regidas pela Lei de 15 de outubro de 1827, a qual deveria ser implantada em cidades, vilas e locais populosos, e adotar o método intitulado Ensino Mútuo⁵. Assim, a escola pública reinventada no mundo moderno tem na Escola Normal, e na Escola Primária seus pilares básicos.

Segundo Dias (2008:76)⁶, a Escola Normal brasileira vai adquirindo estabilidade quando as ideias de educação popular, a obrigatoriedade da instrução primária ganha forças. Em torno de 1870, a noção da Escola Normal ganha status de instituição normalizadora e produtora de regras de conduta do professor nos seus múltiplos aspectos: procedimentos didáticos, aspirações políticas, atuação profissional, comportamento público e privado.

Antes, porém, que se fundassem as primeiras instituições destinadas a formar professores para as escolas primárias, havia movimentos na direção da seleção de

⁵ Teve como objetivo ensinar um maior número de alunos, usando pouco recurso, em pouco tempo e com qualidade.

⁶ O volume no qual encontramos este estudo de Dias (2008) é composto de vários artigos que se dedicam ao estudo das Escolas Normais no Brasil, e pode ser apreciado pelo historiador da educação com proveito.

profissionais para atuarem no magistério; Iniciativas pertinentes à seleção não somente antecedem as de formação, mas permanecem concomitantemente com estas, uma vez que, criadas as Escolas Normais, estas seriam por muito tempo insuficientes, quer numericamente, quer pela incapacidade de atrair candidatos, para preparar o pessoal docente das escolas primárias.

A instituição de Curso Normal, na Província de Alagoas, foi relativamente tardia. Somente em junho de 1864 se criou a primeira Escola Normal do Estado, localizada em Maceió, entretanto só iniciou efetivamente seus trabalhos em março de 1869, ao passo que a primeira Escola Normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835, que determinava:

(...) “haverá na capital da Província uma Escola Normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827.”

Nesse sentido, formar professores ganhou status de política educacional e assim foram criadas Escolas Normais em diferentes Estados da federação. Inicialmente, esta escola seria regida por um diretor, que exerceria também a função de professor, e contemplaria o seguinte currículo: ler e escrever pelo Método Lancasteriano⁷; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã. Os pré-requisitos para ingresso e ser professor ou professora da instrução primária, eram estabelecidos, conforme publicado no Diário das Alagoas, edição de 7 de julho de 1869, p. 3: “ser cidadão brasileiro, ter 16 anos de idade, bons costumes e saber ler e escrever” (MOACYR, 1939b, p. 191). Devido à consagração do Método do Ensino Mútuo na Lei de 1827 e à sua conseqüente divulgação, as primeiras Escolas Normais brasileiras reduziam o preparo didático e profissional do mestre à compreensão do referido Método, (BASTOS, 1998).

A FORMAÇÃO DOCENTE E A CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL EM MACEIÓ

⁷ Também conhecido como Ensino Mútuo, que preconizava ensinar um maior número de alunos, usando pouco recurso, em pouco tempo e com qualidade.

Segundo Nóvoa (1997), a criação das Escolas Normais constitui o processo da institucionalização da formação docente, proporcionando o desenvolvimento da profissão e a melhoria da posição social dos professores, além de estabelecer um controle do Estado sobre eles. Para o autor, foi por meio das Escolas Normais que os mestres pouco instruídos do início do século XIX se tornaram profissionais formados e preparados para o exercício da atividade de ensinar. Assim, eles passaram a representar um novo tipo de profissional para uma nova organização social, que funcionava de acordo com as necessidades da organização dos Estados-nação. Sobre as Escolas Normais, Nóvoa comenta que são instituições

criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer (NÓVOA, 1997, p. 16).

Ainda de acordo com Nóvoa (1991), a carreira dos professores primários se encontra associada ao desenvolvimento das Escolas Normais, pois, ao mesmo tempo em que elas se tornaram instituições importantes, também aumentaram o prestígio social dos docentes.

O ano de 1864 é definitivo para a concretização da Escola Normal de Maceió. Os Governos continuam a insistir nas reformas do ensino e a tecla mais discutida é concernente à qualificação do professor primário.

Foi em março de 1869 que a Escola Normal alagoana iniciou suas atividades em uma das salas do Liceu Provincial da capital, pois não havia, em Maceió naquele período, prédio próprio e apropriado para tal fim (SANTOS, 2011).

O médico Joaquim José de Araújo foi o primeiro professor e diretor da instituição. Ele ficou encarregado da regulamentação e instalação da Escola Normal alagoana. Exerceu a direção da Santa Casa de Misericórdia, do Asilo de Mendicidade, do Asilo dos Órfãos e da instrução Pública; foi deputado, senador, delegado de polícia, além de produzir o *Compêndio de Pedagogia Prática*.

Quanto ao currículo para a Escola Normal, o ensino era dividido em dois anos, cada um com duas cadeiras, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Mostra como estava dividido as cadeiras com suas respectivas disciplinas.

ANO	CADEIRA	DISCIPLINA
1º Ano	1ª cadeira	Gramática Nacional e Análise dos Clássicos
1º Ano	2ª cadeira	Desenho Linear, Caligrafia, Métodos de Ensino e Catecismo
2º ano	1ª cadeira	Aritmética, Geometria e Sistema Métrico Decimal
2º ano	2ª cadeira	Noções Gerais de Geografia e História do Brasil, com especialidade de Alagoas

Fonte: Quadro elaborado a partir do regulamento da Escola Normal.

O Curso Normal em Alagoas tinha a duração de dois anos, e os normalistas e as normalistas se submetiam à banca de exames, além de frequentar as escolas práticas. O ensino humanístico de cultura geral desvinculado dos problemas sociais e da realidade local era um elemento-chave na formação docente. Em termos gerais, podemos afirmar que o humanismo foi um movimento cultural europeu, e tinha como objetivo a formação do homem nos aspectos intelectual, moral e filosófico, tendo como ferramenta a literatura clássica. Ao analisarmos o currículo depreendemos que se dava certa atenção à história local. Isto indica que poderia haver uma tentativa de introduzir problemáticas que assolavam a província alagoana, embora a história ensinada no período imperial estivesse pautada na história da pátria, dos heróis e vultos, sejam nacionais, regionais ou locais.

Os cursistas da Escola Normal alagoana eram direcionados a vivenciar, também, a parte prática em turmas das primeiras letras, além de realizarem as provas correspondentes às cadeiras estudadas. No processo de formação, utilizava-se o livro *Compêndio de pedagogia prática* de Joaquim José de Araújo. Alguns aspectos deste material que era utilizado na formação de professores, servia de orientação para os mestres que estavam em exercício (SILVA e AMORIM, 2017, p. 7).

BREVE REFLEXÃO SOBRE O USO DO COMPÊNDIO DE PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOAQUIM JOSÉ DE ARAUJO E A PROFISSÃO DOCENTE EM ALAGOAS

O Compêndio de pedagogia prática circulou em Alagoas em 1886, ano em que foi publicado. Seu autor José Joaquim de Araújo foi professor da Escola Normal nessa província, e teve sua obra avaliada por uma comissão dos Lentes do Lyceu, que elaborou parecer favorável para que o material fosse utilizado na formação dos mestres locais. A comissão foi formada pelo padre Pedro Lins de Vasconcelos, pelo cônego Antonio Procópio da Costa e Adriano Augusto de Araújo Jorge. Abaixo seguem os dizeres da folha de rosto do volume analisado, conforme sua escrita original.

Parecer sobre O Compendio De Pedagogia Pratica Organizado Pelo Dr Joaquim José De Araújo Professor do Curso Normal da Província das Alagoas A Província das Alagoas A comissão incumbida pela Congregação dos lentes do Lyceu e dar parecer referente á obra supra opina pela admissão da dita obra, que faz jus a ser contada entre os livros úteis. Maceió, 2 de Julho de 1886. A comissão, Padre PEDRO LINS DE VANCONCELOS. Cônego ANTONIO PROCOPIO DA COSTA. ADRIANO AUGUSTO DE ARAUJO JORGE (ARAUJO, 1886, s. p.).

O compêndio estrutura-se em duas partes. Na primeira parte, divide-se em quinze capítulos que aborda o estudo da pedagogia, conceitos e finalidade do ensino. Já a segunda parte compõe-se de vinte e cinco capítulos, dos quais, grande parte, centra atenção nos aspectos metodológicos do ensino, o qual devia ser aplicado na escola. Sobre a profissão docente, o autor propõe-se a facilitar o trabalho “aos que se dedicam ao magistério primário o estudo da pedagogia” (ARAUJO, 1886, n. p.). Esse compêndio foi inspirado em uma produção francesa, e organizado no Brasil por Joaquim José de Araújo. A Europa e, principalmente, a França, servia de modelo para pensar na vida cultural brasileira. Sobre o que diz respeito à profissão docente, na referida obra, Araújo (1886), faz a seguinte afirmação:

A nobresa do professorado primário, verdadeiro apostolado exige dos que pretendem essa profissão grande somma de conhecimentos, para bem poderem educar e instruir as crianças, não só em relação as matérias que constituem o ensino nas escolas, como referência à moral (ARAUJO, 1886, n. p.).

O compêndio aborda desde as questões da mobília da escola, até chegar aos prêmios e castigos. É realmente um manual prático de orientação do trabalho docente. Sendo assim, não dava prioridade à formação teórica sólida. Há uma desvinculação dos problemas econômicos, políticos e sociais que a nação brasileira enfrentava.

A preocupação com o método de ensino, a moralidade e a instrução são questões que permeiam as discussões da educação no período. Há, também, na concepção da obra, certa clareza entre a educação e a instrução. A educação da infância não pode prescindir de educação física, intelectual e moral, próprias do pensamento do período. Esse ideal de educação não deixa de ter certa vinculação com a Paideia, o sistema de educação na Grécia Antiga. Isto é, formar o sujeito na perspectiva integral, embora o olhar para o espírito estivesse vinculado à moral da Igreja Católica.

Dessa forma, havia um desejo latente, das classes abastardas, por uma sociedade regrada, obediente, primando pelos interesses do grupo dominante. É neste cenário que a formação docente vai ser pautada, com sujeitos obedientes e sem capacidade de refletir sobre o processo de ensino e de aprendizagem (ALENCAR; SOUZA, 2012).

DAS RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DE ENSINO DO CURSO NORMAL, OS LIVROS ADOTADOS E AS PROVAS

Em Alagoas, houve desde cedo, a preocupação pelo livro didático. No relatório de janeiro de 1866, o inspetor de estudos, dr. Thomás do Bonfim Espíndola, diz ao presidente da província, dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, que “enquanto não é satisfeita a primeira medida (instalação da Escola Normal), seria útil e conveniente que V. Excia, se dignasse de mandar comprar uns cem exemplares do Curso Prático de Pedagogia, de M. Deligault, traduzido, e outros cem do Ensino Mútuo, de M Sarazin, professor do curso especial do ensino Mútuo de Paris e traduzido pelo Dr. Joaquim Pires Alves Portella, para serem distribuídos pelos professores, afim de que eles se ponham a par dos deveres do seu magistério e dos diversos métodos de ensino” (ESPÍNDOLA, 1866).

Entretanto, o supracitado livro de M. Deligault só mesmo foi adotado quando da instalação do curso normal. Em sessão de 9 de junho de 1869, a congregação do Liceu nomeou os professores que iriam lecionar no recém instalado curso (o de geografia, de

geometria e de português), afim de darem parecer sobre os compêndios apresentados pelo professor do mencionado curso, o que ocorreu no dia 15 seguinte transcrito segundo a Ata da congregação do Liceu:

“Parecer dos professores do Liceu sobre os livros a serem adotados para a escola normal, em 15 de junho de 1869.

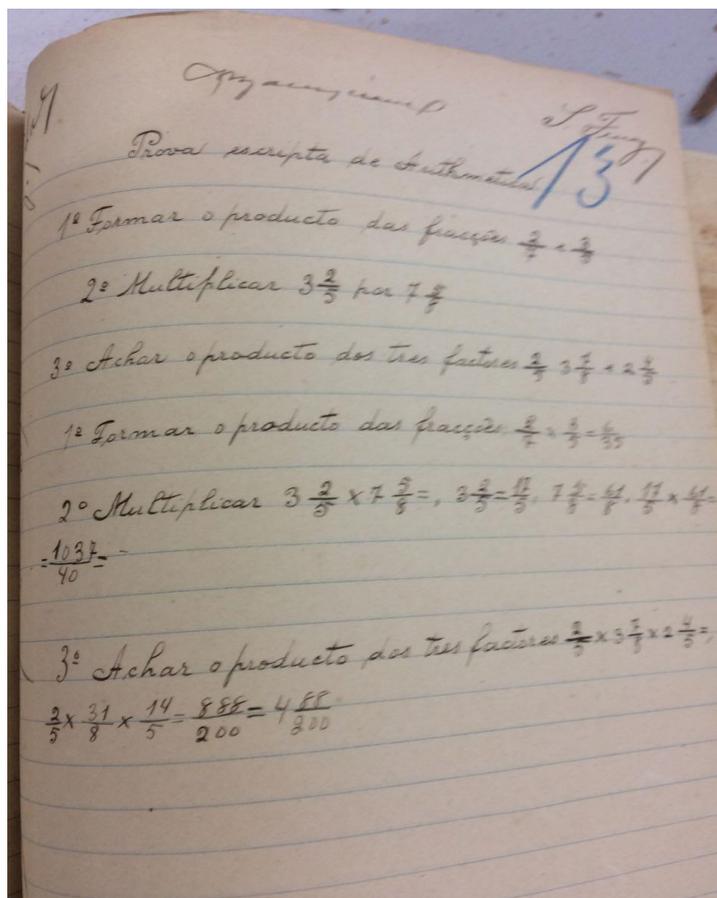
Os lentes deste Liceu, abaixo assinados, sendo nomeados para darem o seu parecer sobre os seguintes compêndios apresentados à congregação pelo professor da escola normal, dr. Joaquim José de Araújo, para serem admitidos na referida escola, a saber: Curso Prático de Pedagogia, por M. Deligault; Noções de Geometria para Compreensão do Desenho Linear, por Manoel da Silva Pereira; Manual para o Exame de Habilitação, pelos drs. Francisco de Castro Freire e J. Freire de Macedo; Resumo da Doutrina Cristã, por Joaquim Antônio de Castro Nunes; Caligrafia, aprovado por Francisco Gonçalves Martins e M. I. Machado:

Declararam que, procedendo a leitura e exame dos mencionados compêndios, resolveram opinar pela sua adoção, visto não constar aos mesmos abaixo-assinado haver melhores nos diversos mercados do Império. Maceió, 15 de junho de 1869. José Francisco Soares, dr. José Antônio Bahia, dr. Thomás do Bonfim Espíndola”. (Ata da congregação do Liceu Alagoano. Maceió, 16 de jun. 1869. Instrução Pública, març. 18, est. 5).

Dessa forma, os programas de ensino e o material didático utilizado na Escola Normal de Maceió tinham como parâmetro os de outros estados brasileiros, principalmente os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, pois alguns documentos revelam que os manuais Pedagógicos se constituem em fontes relevantes para a História da Educação por terem sido destinados, principalmente, para as Escolas Normais e cursos de capacitação de professores. Para Choppin (2002), os manuais se apresentam como suportes, como depósitos de técnicas e conhecimentos os quais, em dado momento, uma sociedade acredita ser relevante que seus alunos devam adquirir para a perpetuação de seus valores, e para efetivação de seus Programas de Ensino. Porém, essa instituição secular, que tanto contribuiu para a educação pública no Estado, e que foi motivo de orgulho para seus alunos e professores, teve em sua trajetória várias mudanças, devido às políticas existentes naquele período final do Império.

Sobre as provas aplicadas aos alunos da Escola Normal de Maceió ainda não localizamos nos documentos e Manuais da educação alagoana, até a presente data, indícios dos critérios que eram utilizados para que os mesmos fossem aprovados, ou reprovados. Porém, em nossas buscas encontramos no Arquivo Público de Maceió duas provas escritas

de Aritmética aplicada em março de 1925, da aluna Eulália Soares Valença, cujo conteúdo abordado era o de Fração. As provas analisadas destinam-se a avaliar as competências e habilidades dos alunos da Escola Normal, com foco no conteúdo sobre frações.



Material coletado no Arquivo Público de Maceió pelas autoras.

Análise da primeira prova escrita de Aritmética 13

Questão 1

A resolução proposta na prova:

Multiplicaram-se os numeradores das duas frações envolvidas e multiplicaram-se também os denominadores. Esta questão propõe resolver o problema utilizando a multiplicação de frações.

Questão 2

A resolução proposta na prova:

Primeiramente, observou-se que o problema trata de frações mistas (frações impróprias - constituídas de uma parte inteira e uma parte fracionária), logo, antes de realizar a

multiplicação, transforma os números mistos em frações impróprias. Em seguida, realiza a multiplicação das frações. Esta questão propõe resolver o problema utilizando as operações de adição e multiplicação e a multiplicação de frações.

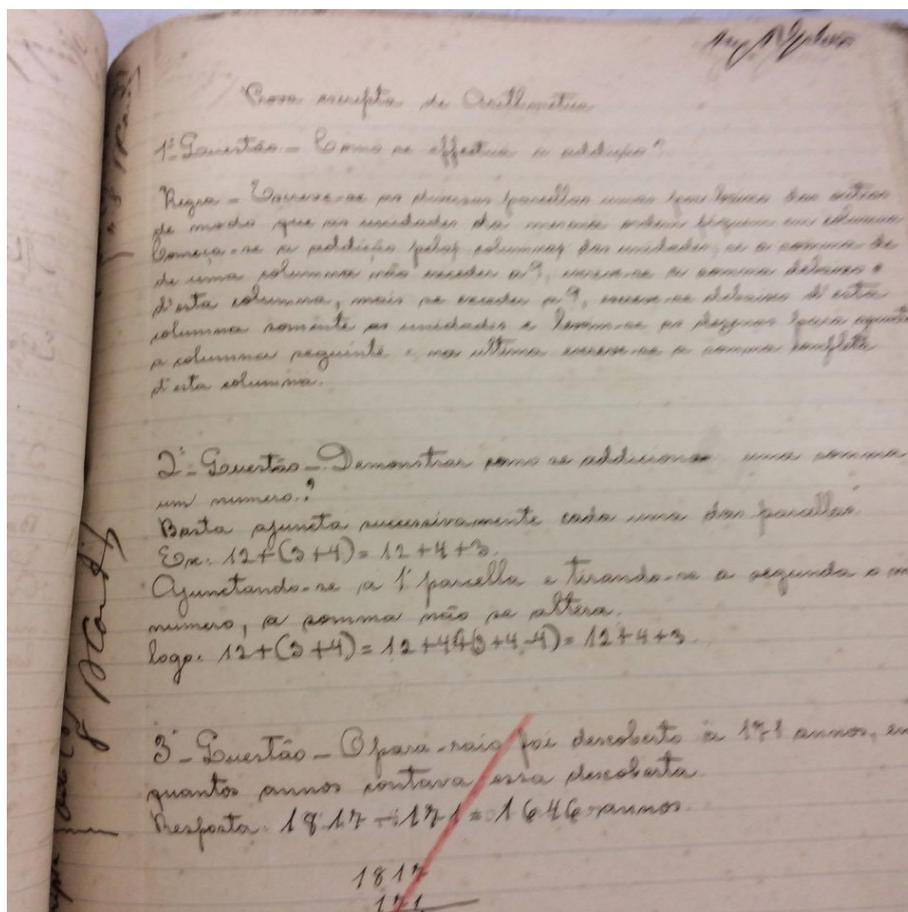
Questão 3

A resolução proposta na prova:

Para resolver essa questão, da mesma maneira da anterior, primeiramente, observou-se que o problema trata de frações mistas, logo, antes de realizar a multiplicação, transforma os números mistos em frações impróprias. Em seguida, realiza a multiplicação das frações. A presente questão propõe resolver o problema utilizando as operações de adição, multiplicação e divisão e a multiplicação de frações, porém ao final da resolução transforma a fração em mista novamente.

O Programa da Escola Normal propõe o estudo sobre as operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação e divisão) e frações a partir da segunda cadeira. Assim, podemos observar que as questões são adequadas aos conteúdos e métodos propostos nesse programa. Além disso, notamos que todos os questionamentos foram feitos de maneira direta, não apresentando nenhum item contextualizado com o cotidiano.

Analise da segunda Prova Escrita de Aritmética



Material coletado no Arquivo Público de Maceió pelas autoras

Análise da segunda prova escrita de Aritmética

Questão 1

A resolução proposta na prova:

Nessa questão descreveu-se uma regra para mostrar como se efetuar a adição. Para responder ao questionamento o aluno precisaria compreender bem a definição sobre a operação fundamental da adição.

Questão 2

A resolução proposta na prova:

Como a questão pede para demonstrar como se adiciona uma parcela a um número, inicia-se a resolução mostrando que é necessário juntar sucessivamente cada uma das parcelas com um exemplo. Em seguida, pega o mesmo exemplo e mostra que se somarmos um número a primeira parcela e subtrair esse mesmo número da segunda parcela, a soma não será alterada. Esta questão propõe a resolução do problema envolvendo as operações (adição e subtração) com números inteiros.

Questão 3

A resolução proposta na prova:

O aluno precisou realizar uma subtração para saber o ano da descoberta do para-raios. Esta questão é contextualizada e propõe a resolução do problema envolvendo a operação da subtração com números inteiros.

Essa prova foi pensada de forma mais elaborada, pois o aluno precisa ter conhecimento teórico e saber como aplicá-lo. O Programa da Escola Normal propõe, a partir do primeiro ano do curso normal, o estudo mais aprofundado das operações fundamentais (adição e subtração), mas não faz referência a como trabalhar problemas cotidianos, e não há indicação de correção do professor. Toda prova está escrita a punho, com caligrafia bastante compreensível, de fácil leitura.

Revista de Ensino 1928 (08) Anno II, Maceió, Março-Abril de 1928. O programa da escola normal encontra-se a partir da pg. 39, no seguinte link:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135359>

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A formação de professores constitui elemento fundamental para se atingir os objetivos visados pela educação, uma vez que é o professor que, em sua prática, operacionaliza as grandes linhas propostas pelas reformas educacionais. Estas, por sua vez, devem estar adaptadas à realidade presente na sociedade em que se inserem. No Brasil, porém, nem sempre se respeitou essa vinculação da escola à sociedade.

Constatamos similaridades nas Províncias do Império, como nos estados da República, institucionalizando a formação de professores com base no modelo escolarizado francês, implantado no século XVIII. A importância da Escola Normal para a educação maceioense é inegável, pois verificamos a sua relevância no panorama social do Estado, formando jovens que posteriormente em várias profissões e posições sociais contribuíram e contribuem para o desenvolvimento de Alagoas.

Mediante o exposto, sugerimos a continuidade deste estudo com novos olhares, pois esta instituição foi e permanece sendo uma escola de grande valia para a história da educação maceioense, e ainda tem muito a nos contar. Como autoras, sentimos grande satisfação por acreditar que novas contribuições serão alavancadas para o acréscimo do conhecimento sobre a Escola Normal e para a historiografia da educação matemática alagoana e brasileira. Pesquisa que segue....

REFERÊNCIAS

ALENCAR, I. S.; SOUZA, R. M. S. **Curso Normal em Alagoas: histórias, vivências e expectativas**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

ARAÚJO, Joaquim José. **Compêndio de Pedagogia Prática**. Maceió: 1886

BASTOS, Maria Helena C., (1997). **A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827)**. *História da educação*. Pelotas, no 1, v. 1, p. 115-133.

_____ (1998). **A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: o “curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando (1839)”**. *História da educação*. Pelotas, no 3, v. 2, p. 95-119.

CHOPPIN, A. **O historiador e o livro escolar. História da Educação.** Pelotas, v. 11, p. 5-27, abr. 2002.

DIAS, M. H. **Escola Normal de São Paulo do Império: entre as metáforas** das luzes e a história republicana. In: ARAÚJO, J. C. S., FREITAS, A. G. B., LOPES, A. P. C. (Orgs). **As escolas normais no Brasil: do império à república.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2008. p. 75 a 89.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bonfim. **Relatório da inspetoria dos estudos, de 31 jan. 1866, ao p. prov. Al. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel.** Maceió, 1866, p. 18.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império.** São Paulo, Nacional, 1937, 3 v.

_____. **A Instrução e as Províncias.** São Paulo, Nacional, 1939, v. 2º, p. 125.

NÓVOA, A. **O passado e o presente dos professores.** In: NÓVOA, A. (Org.) **Profissão Professor.** Porto: Porto Editora, 1991, p. 9-32.

_____. Antônio. (coord). **Os professores e sua formação.** Lisboa-Portugal, Dom Quixote, 1997.

REVISTA de Ensino 1928 (08) Anno II, Maceió, Março-Abril de 1928. **O programa da escola normal** encontra-se a partir da pg. 39, no seguinte link:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135359>

ROCHA, Lucia Maria da Franca. **A Escola Normal da Província da Bahia.** In. ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio Pádua Carvalho (orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República.** Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 47-60.

SANTOS, M. A. dos. **A trajetória da Escola Normal de Maceió, 1869-1889.** 2011. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) –Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2011.

SILVA, Cintia Gomes da; AMORIM, Roseane Maria. **O Compêndio De Pedagogia Prática De Joaquim José De Araujo: Notas Introdutórias Sobre A Formação Docente No Brasil Imperial.** P o i é s i s – Publicação na Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina – 2017. Site: <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v11e202017414-432>

TANURI, L. M. **História da formação de professores.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, n. 14, maio/ago. 2000. Disponível em: Acesso em: 26 out. 2016.

VILLELA, H. O. S. **A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.** In: ARAÚJO, J. C. S., Maceió, 1982.